



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO DE MISSÃO OFICIAL

O *Seminário Regionalização da Saúde no contexto da terceirização dos serviços na capital paulista* aconteceu no dia 14/12/2023, quinta-feira, no Auditório Prestes Maia, da Câmara Municipal de São Paulo, em decorrência da aprovação do Requerimento n. 296/2023, da **Deputada Juliana Cardoso (PT/SP)**, na 57ª reunião deliberativa da Comissão de Saúde, realizada em 21/11/2023. O foco foi a proposta lançada pelo Governo do Estado de São Paulo, em 2023, de reorganização das unidades e dos investimentos em saúde, conforme as demandas de cada região.

Aprovado o Requerimento, a Presidência da Casa autorizou a realização do evento, nos termos do processo 1487578/2023.

Por determinação do Presidente da Comissão de Saúde, foi designada para prestar assessoramento a servidora Joanita Nascimento da Silva Neta, P_7142.

Contexto

A descentralização é uma das diretrizes da rede de serviços de saúde, nos termos do art. 198 da Constituição Federal, e do art. 7, IX, da Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Como princípio, a regionalização visa diminuir a fragmentação de ações e serviços, viabilizando o alcance da integralidade da atenção à saúde. A proposta de regionalização do governo paulista tem, portanto, o objetivo de mapear as necessidades das diferentes regiões e assim reorganizar a gestão da saúde, diminuindo as desigualdades, para oferecer serviços de maior demanda a cada área do estado.

A ideia da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) é resolver os gargalos nas demandas dos 645 municípios paulistas, reduzindo o tempo e as distâncias que as pessoas precisam percorrer para conseguir atendimento. Hoje o estado tem 17 Departamentos Regionais de Saúde (DREs), distribuídos por todo o território.

Com a reorganização proposta pelo programa de regionalização, será criada uma Central Regional de Regulação, resultado da gestão compartilhada com os municípios integrantes das respectivas Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS). Com isso, ambulatórios médicos de especialidades e hospitais estaduais irão se adequar às realidades regionais, revendo-se também o papel de hospitais de pequeno porte (com até 50 leitos) no atendimento de qualidade à população de pequenas e médias cidades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SAÚDE

O Programa de Regionalização tem como coordenador o consultor Renilson Rehem, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instituição com a qual o governo paulista assinou, em abril de 2023, uma Carta de Cooperação Mútua para a qualificação e fortalecimento da gestão estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. A iniciativa também conta com a parceria do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (COSEMS-SP).

As organizações sociais na saúde

Durante a programação, que foi transmitida ao vivo nos [canais de comunicação da Câmara dos Deputados](#), a **Deputada Juliana Cardoso** debateu com representantes de movimentos populares da saúde (conselhos, associações e sindicatos), gestores e especialistas o impacto da medida perante o cenário de terceirização de serviços públicos de atendimento à população da maior capital do País.



Os participantes destacaram que a disseminação das organizações sociais (OSs) como gestoras de unidades de saúde, em todos os níveis federativos – a partir da Lei n. 9.637/1998, resultado da Medida Provisória 1648-7/1998 –, é um dos fatores que precarizam a qualidade de atendimento ofertado à população do estado de



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SAÚDE

São Paulo. Segundo eles, a gestão de hospitais, unidades básicas e especializadas de saúde, equipes da saúde da família e outros serviços está seriamente comprometida, configurando-se a terceirização de um bem público essencial, o direito à saúde.



Histórico das organizações sociais

Conforme o art. 1º da Lei das Organizações Sociais, estas constituem “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”.

A introdução das organizações sociais tem raízes no Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, aprovado em 1995, como base para a reforma da administração pública brasileira ocorrida durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Entre as mudanças, estava a publicização dos serviços não exclusivos do Estado, que consistia na transferência de serviços do setor estatal para o público não estatal, na forma de organizações sociais. Na prática, a descentralização permitia que certas atividades fossem fomentadas pelo poder



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SAÚDE

público, e exercidas simultaneamente pelo Estado e por entes privados, mantendo-se, no entanto, o financiamento estatal.

Problemas identificados

Entre os principais problemas apontados na gestão da saúde, por intermédio de OSs, em São Paulo, foram destacados pelos convidados do seminário:

- a) A contratação precária de funcionários, que não possuem vínculo com as unidades de saúde, dando margem à criação de redes de subcontratação;
- b) A falta de transparência dos contratos de gestão;
- c) A falta de controle financeiro sobre o repasse de recursos públicos;
- d) A ausência de indicadores de avaliação da gestão das unidades de saúde;
- e) A exclusão das instâncias de controle social (conselhos de saúde e representantes de trabalhadores e usuários) da fiscalização da atuação das OSs.



As conclusões confirmam o diagnóstico apresentado na auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), TC 018. 739/2012-1, realizada em 2012, que apontou o progressivo crescimento das organizações sociais na saúde. Na falta de uma infraestrutura própria de serviços e profissionais para a gestão da complexa



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

rede de serviços de saúde do SUS, a presença de organizações sociais tem se tornado preponderante, em vez de complementar.

O Seminário Regionalização da Saúde no contexto da terceirização dos serviços na capital paulista teve como participantes:

Primeira mesa

- Deputada Juliana Cardoso, membro titular da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados;
- Vereador André Santos (Republicanos-SP), presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo;
- Membro do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo (CES-SP), Paulo Belinello;
- Coordenador da comissão executiva do Conselho Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo (CMS), José Gimenes;
- Membro do Conselho Municipal de Saúde e representante da União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo (UMPS), Rubens Pinheiro Filho;
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Saúde do Estado de São Paulo (SindSaúde), Cleonice Ribeiro;
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep), Flávia Anunciação;
- Presidente da Associação Brasileira de Epilepsia, Maria Alice Susemihl;
- Mãe atípica e autista, coordenadora do Grupo de Mães da Zona Sul de São Paulo, Cristina Pradas, acompanhada da filha Maria Sofia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE



Segunda mesa

- Deputada Juliana Cardoso, membro titular da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados;
- Superintendente estadual do Ministério da Saúde em São Paulo, Claudia Afonso;
- Médico sanitарista e pesquisador do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Pólis), Jorge Kayano;
- Vereador Hélio Rodrigues (PT-SP).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE



VIVA O SUS !



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SAÚDE

Esse é o relatório.

Brasília, 21/12/2023.

Joanita Nascimento da Silva Neta, Ponto 7142.

Fotos: Jeivison José (Gabinete da Deputada Juliana Cardoso).